

***Do alto da torre da matriz,
acompanhando a procissão dos mortos:
Luís da Câmara Cascudo,
o historiador da cidade do Natal¹***

Raimundo Arrais²

Do seu longo percurso intelectual, dedicado a inúmeros domínios consagrados ao conhecimento do homem e da cultura brasileira, Luís da Câmara Cascudo (nascido em Natal, Rio Grande do Norte, no ano de 1898 e falecido na mesma cidade, em 1986) legou uma imagem de polígrafo e intelectual múltiplo. De todas as atividades que praticou, uma das menos conhecidas, pelo menos no plano nacional, é a de historiador. Os frutos extraídos das pesquisas desenvolvidas no solo do Rio Grande do Norte (território privilegiado de sua bibliografia), não forneceram ao historiador, diferente do que sucedeu ao etnógrafo e folclorista, elementos de valor que pudessem ser carreados para esse grande empreendimento intelectual que consistiu em delinear o caráter brasileiro.³ Com efeito, se pensarmos na perspectiva de um sistema historiográfico brasileiro, ou de uma “república das letras” dos historiadores, é fácil reconhecer que a produção histórica de Cascudo não lhe proporcionou projeção nacional. Cultivando o canteiro limitado da história de uma capital menor na ordem urbana brasileira e de um estado situado na periferia econômica, política e cultural do país, o

¹ Numa versão anterior, este texto foi lido na mesa redonda promovida pelo Prof. Marcos Silva (USP), dentro do seminário *Cascudo e os saberes*, ocorrido na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, no ano de 2005. Muitas de suas passagens foram ampliadas e modificadas, e algumas de suas conclusões foram apresentadas em outros textos publicados, mas ele permanece rigorosamente inédito em letra impressa.

² Pós-Doutor pela Université de La Rochelle – Paris. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, USP. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN.

³ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 127-128.

que ele colheu desse domínio de conhecimento apresenta reduzido interesse para o público que se encontra fora do Rio Grande do Norte.⁴

Entre o primeiro artigo que publicou, no jornal *A imprensa*, pertencente ao pai, o “coronel” Francisco Cascudo, em 1918 (o título do artigo, *Bric-à-brac*, daí por diante serviu para nomear uma seção assinada por ele no mesmo jornal), o primeiro livro, publicado em 1921 (*Alma patricia*), e os livros que escreveu na década de 1970, Cascudo consagrou inúmeros trabalhos à história de eventos e de municípios do Rio Grande do Norte.⁵ No presente estudo focalizaremos esse Câmara Cascudo ocupado das coisas provincianas (e autodenominado provinciano), especificamente o Cascudo “historiador da cidade de Natal” – título que se sustenta no exercício de uma atividade que ele praticou ao longo de décadas, escrevendo crônicas de teor histórico publicadas em jornais locais, e que alcançou seu ponto mais elevado com a publicação do livro *História da cidade do Natal*, em 1947⁶.

Nosso interesse nessa vertente cascudiana provém do fato de que Cascudo reivindicou sua cidade como fonte de aprendizagem e como a primeira leitora de seus escritos, pelo menos daqueles textos que iremos explorar mais sistematicamente. Pode-se dizer que a cidade se constituiu na fonte e na destinação de sua atividade de cronista. Argumentaremos que essa produção voltada para a história local pode esclarecer – pelo que ela mobilizou de suas forças intelectuais e afetivas – o modo como Cascudo concebia a cidade na qual estava enraizado e como ele trabalhou para conquistar e consolidar um lugar intelectual dentro dessa cidade, num

⁴ Dentre as várias histórias publicadas por Cascudo no âmbito da história do Rio Grande do Norte, contam *O Doutor Barata*: político, democrata e jornalista (Bahia, 1762-Natal, 1838), 1938; *Governos do Rio Grande do Norte*: cronologia dos capitães-mores, presidentes provinciais, governadores republicanos, interventores federais, de 1597 a 1939 (1939); *História da República no Rio Grande do Norte*: da propaganda à primeira eleição para governador (1965); *História do Rio Grande do Norte* (1955); *Notícia histórica do município de Santana do Matos* (1955); *Jerônimo Rosado (1861-1930): uma ação brasileira na província* (1967). Dos livros voltados para a história local, somente a *História da cidade do Natal*, publicada originalmente pela Prefeitura de Natal em 1947, mereceu, em 1980, o interesse de uma editora de âmbito nacional, a Civilização Brasileira, ainda assim em regime de co-edição (Civilização Brasileira, INL, UFRN). Para uma apreciação da bibliografia completa de Cascudo, ver o *Dicionário Crítico de Câmara Cascudo* (Org. Marcos Silva). São Paulo: Perspectiva, FFLCH/USP, Fapesp; Natal: EDUFRN, Fundação José Augusto, 2003.

⁵ O artigo *Bric-à-brac* foi publicado no jornal *A imprensa*, em 18 de outubro de 1918. Está transcrito na íntegra em LIMA, Diógenes da Cunha. *Câmara Cascudo, um brasileiro feliz*, p. 51-52. Antes de *Alma patricia*, Cascudo compilou os versos de Lourival Açucena no livro *Vários reunidos*, publicado em 1920.

⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999. É a essa penúltima edição que nos reportaremos neste ensaio. A primeira edição deveu-se à iniciativa da Prefeitura Municipal de Natal. A segunda, saiu pela editora Civilização Brasileira, MEC/UFRN, em 1998. Recentemente, saiu uma quarta edição, pela Editora da UFRN. As crônicas que Cascudo publicou nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, sobretudo, vêm sendo reunidas em volumes intitulados *O livro das velhas figuras*, aos quais nos reportaremos com frequência neste ensaio.

contexto de aceleração das transformações urbanas e de circunstâncias particulares da vida pessoal.

DO FUTURO AO PASSADO DA CIDADE DE NATAL

Se na primeira década do século XX a cidade de Natal recebera uma modesta quota de melhoramentos materiais introduzida pelas administrações do grupo político Albuquerque Maranhão, tomando esses investimentos um ritmo mais acelerado a partir de meados dos anos 20⁷, isso não foi suficiente para romper efetivamente o isolamento em que se encontrava a capital, cercada por um cinturão de dunas que dificultava o contato com o sertão e com outros estados, deficiente em estradas e ferrovias, o que a privava de importantes fontes de receitas.⁸

Afora os melhoramentos que a capital foi recebendo desde o início do século (bonde a tração animal, eletricidade, bonde elétrico, calçamentos, teatro), a intervenção que os poderes públicos realizaram sobre o espaço urbano de Natal, de modo mais acentuado entre 1924 e 1930, se reduziu a um Plano Geral de Sistematização, que o prefeito, o engenheiro Omar O'Grady, encomendara em abril de 1929 ao arquiteto greco-italiano Giacomo Palumbo, consistindo num programa urbanístico de abertura de ruas e calçadas, pavimentação, iluminação e construção de vias de acesso.⁹ O plano implementou algumas medidas higienistas e orientou a instalação de equipamentos de saneamento, mas essas obras não chegaram a afetar de modo significativo a paisagem da cidade.

Entretanto, associada aos sinais do mundo moderno que vinham alcançando a cidade desde a primeira década do século XX, se intensificando nos anos 20 (novas edificações, a difusão do automóvel, ampliação das formas de sociabilidade leiga, a conversão da cidade em ponto de pouso dos aeroplanos procedentes da Europa e dos Estados Unidos em rota para outros pontos da América do Sul...), essa intervenção foi suficiente para fazer emergir entre os

⁷ Essa demarcação (1892-1924) corresponde ao período em que o estado permanece sob o comando político do grupo familiar Albuquerque Maranhão. A cisão política ocorre no governo de um aliado, Ferreira Chaves, iniciado em 1914, mas somente em 1924 chega ao governo do estado um homem ligado aos grupos políticos do sertão do Seridó, José Augusto Bezerra de Medeiros.

⁸ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In FERREIRA, Ângela L. e DANTAS, George (org.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna* (Natal, 1890-1940). Natal: EDUFRN, 2005, p. 121-135. SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, p. 90-93.

⁹ LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. Natal: EDUFRN, 2001. p. 50-60; DANTAS, George; DANTAS, Ana Carolina e FERREIRA, Angela. Ecletismo e modernidade em Giacomo Palumbo. *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna* (Natal, 1890-1940). Angela Lucia Ferreira e George Dantas (org.) Natal: EDUFRN, 2006, p. 210-211.

intelectuais locais a esperança de que a cidade pudesse romper um estado de coisas que retratavam como uma inércia secular.¹⁰

O coro dos entusiastas era grande, seu repertório de esperanças no futuro era extenso, mas não chegou a diferir substancialmente do que se passava em outros centros urbanos brasileiros do período: os grupos mais ativos desejam a cidade moderna, exaltam as forças desencadeadas pela modernidade, exultam com o ritmo frenético da vida, cantam a potência das máquinas¹¹. É verdade que podiam ser ouvidas também algumas vozes reagindo francamente contra as mudanças. Mas é entre esses dois extremos que se encontra a manifestação mais sugestiva dessa experiência em face das forças modernas, sob a forma de conciliação (ou, pelo menos, uma *convivência*) entre os dois caminhos, o desejo do futuro e o apego à tradição. E essa convivência de progresso (que se realizaria no futuro) e tradição (refugiada no passado) se dá menos entre grupos de indivíduos do que no interior dos indivíduos, indivíduos que são portadores dessa ambiguidade na avaliação do mundo que os cerca ou na forma como atuam sobre ele.¹² De fato, modernizadores da cidade de Natal foram também estudiosos devotados ao passado da capital e do Rio Grande do Norte. O exemplo mais eloqüente disso é Manuel Dantas, jornalista, magistrado e político, que elaborava projeções futuristas para a cidade do Natal e ao mesmo tempo se consagrava ao estudo da genealogia das famílias povoadoras do sertão.¹³ Esses intelectuais, ora louvam o progresso e as transformações que observavam na cidade, ora exprimem o lamento e a inquietação diante da complexidade um tanto atordoante que a vida urbana ia assumindo e da força destrutiva dos novos tempos.

¹⁰ Uma apreciação geral do posicionamento das elites locais nos anos 20 pode ser obtida em CASCUDO, Luís da Câmara. *Crônicas de origem: a Cidade do Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. Organização e estudo introdutório de Raimundo Arrais. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2005; sob o ponto de vista da vida literária, ver GURGEL, Tarcísio. *Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras Potiguar*. Natal: Ed. do Autor, 2009.

¹¹ Há uma vasta bibliografia sobre as orientações urbanísticas e estéticas que orientaram as reformas e remodelações das principais cidades brasileiras do início do século XX. Para nos limitarmos ao exemplo do Rio de Janeiro, Capital Federal, ver BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

¹² Cumpre que essa convivência dos opostos é parte do “espírito do modernismo”, segundo McFarlane. MACFARLANE, James. O espírito do modernismo. In: *Modernismo: guia geral (1890-1930)*. Org. Malcolm Bradbury e James McFarlane. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 55-73.

¹³ Manoel Dantas traduziu o *Manifesto Futurista* de Marinetti em 1909, mesmo ano em que proferiu a hoje célebre conferência “Natal daqui a 50 anos”. Seu livro *Homens de outr’ora*, publicado em 1941, sobre o mundo do sertão, enfeixa ensaios de história, geografia e biografia publicados desde o final do século anterior.

No Luís da Câmara Cascudo que debutava nas letras o que inicialmente parece predominar é uma visão que contrapõe a cidade do presente à cidade do passado e aos lugares onde os valores urbanos não se impõem completamente à ordem rural, ou seja, o sertão. Em *Joio*, uma reunião de artigos de literatura e crítica publicada em 1924, transpira uma nostalgia em relação à cidade que não existia mais.¹⁴ Naqueles anos 20, e com intensidade maior no início dos anos 30, Cascudo manifestou solidariedade à visão que associava vida urbana moderna a falta de autenticidade.¹⁵ No início de 1922, ele escrevia que era preciso “entrar no sertão”, deixando as “vacuidades elegantes de Paris”.¹⁶ Na expedição ao sertão, de que participou em 1934, o jornalista Cascudo produziu um repertório sugestivo da força das transformações que iam se operando na zona sertaneja. Em Paraú, ele indaga: “Onde estão as danças do sertão de outrora?”, e anota o grau das mudanças observadas no gosto artístico: “Agora é o fox, sincopado, arrítmico, disfônico, a marchinha pernambucana, escrita nos nervos elétricos dos moços, o choro carioca, lento, dengoso, remorado e sensual.”, concluindo: “O melhor para mim é sair”.¹⁷ E, mais adiante, ele recorda que, na viagem que realizara ao lado de Mário de Andrade, em 1928, já podiam ser observadas outros sinais de transformação da tradição: “crianças com a bochechinha pintada de papel-encarnado, fingindo rouge”, jornais do Rio e São Paulo, o desaparecimento do aboiador. Em conclusão, “O sertão descaracteriza-se”.¹⁸ Na cidade, o estudioso da cultura popular não encontrava aquilo que naquele momento já consistia na motivação principal de sua busca intelectual: a tradição.¹⁹ Quando o historiador se entrega ao estudo da cidade, ele o faz movido pela impulso de que, estudando-a dentro do passado, ele possa recuperar e fortalecer os fios puídos da tradição.

Todavia, nesse jovem rico, que em 1918 partia para Salvador com a finalidade de começar o curso de Medicina, transferindo-se no ano seguinte para o Rio de Janeiro, abandonando o curso em 1920 para posteriormente, entre 1924 e 1928, estudar na Faculdade de Direito no Recife, nesse filho de potentado local, vivendo em casa luxuosa, rodando de

¹⁴CASCUDO, Luís da Câmara. *Joio* (páginas de literatura e crítica). Natal: Oficinas Graphics d’A Imprensa, 1924. Especialmente “Passado vivo” e “Páginas de literatura”.

¹⁵ Essa visão se manifesta no plano mais amplo da cultura brasileira. Em Oliveira Viana, por exemplo, está ligada a uma interpretação do passado de inspiração ruralista. VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1952, 2 v., especialmente o primeiro volume.

¹⁶Citado por ARAÚJO, Humberto. *Asas da Sôfia*: ensaios cascudianos. Natal: FIERN, SESI, 1998. p. 28.

¹⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *Viajando o sertão*. 4. ed. Natal: Fundação José Augusto, p. 22.

¹⁸Idem, p. 46.

¹⁹ A tradição, “ciência do povo”, ou seja, “imagens sem idade, resultados de longos e obscuros processos de raciocínio, critérios-soluções, herdadas, indeformáveis, e reproduzidas íntegras, ante o automóvel e o avião”. CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradição, ciência do povo*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 10.

automóvel pelas ruas da cidade²⁰, a nostalgia se manifestava ainda enfronhada nos ouropéis de um estilo livresco e numa linguagem snob, recheada de epigramas e paradoxos que marcaram a literatura *fin de siècle*. O narrador de “O passado vivo” (um dos ensaios de *Joio*), perambulando pelas ruas da pequena cidade de Natal, com a cabeça espumando das leituras de Maeterlinck, Wilde e Maupassant, dentre outros, provocativo e irônico, enchendo páginas com uma cornucópia de nomes da literatura universal, cenários gregos, atmosferas orientais, visualizava a paisagem desaparecida da cidade de Natal numa evocação fantasmagórica: “Quando me enfastio da civilização e dos confortos de hoje, mergulho no passado. Revejo e sinto um mundo que não alcancei. Uma multidão que sahia quando eu entrava no Mundo”.²¹ Precisamente desse desencontro nasceria o historiador da cidade de Natal.

Foi nos livros que o pai fazia chegar pelos navios que atracavam no porto de Natal, assimilando uma cultura literária universal, reforçada e atualizada por meio da correspondência desenvolvida com intelectuais de outros centros, e não propriamente, ou principalmente, nos fatos recolhidos pela observação das ruas da cidade de Natal, que o jovem autor se sentiu integrante da fileira dos “críticos à civilização” encontrados particularmente no decadentismo literário europeu.²²

Todavia, foi o deslocamento pelas ruas de Natal (um procedimento que parece ecoar a estratégia deambulatoria de outro cronista, João do Rio) que suscitou a experiência capaz de lançá-lo até o passado da pequena cidade.²³ Explorando as ruas, os sentidos receptivos para

²⁰ SOUZA, Itamar de. *Câmara Cascudo, vida e obra*. Natal: Diário de Natal, 1998, Fascículo 1, p. 12.

²¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Joio*, p. 49. A propósito, até o final dos anos 20, Cascudo é o menino rico do “principado do Tirol”. Tirol é o bairro nobre em que estavam situados os domínios de sua família. Ali, na residência do coronel Cascudo, o filho promovia tertúlias literárias e hospedou o poeta paulista Mário de Andrade, acompanhando-o no final de 1928 numa viagem de cinco dias pelo interior do estado.

²² Reportando-nos a dois nomes que circularam em Natal no início do século XX, Théophile Gauthier e Charles Baudelaire, podemos invocar a definição que o primeiro elaborou no prefácio à edição de *Les fleurs du mal* de 1868: “Le poète des *Fleurs du mal* aimait ce qu’on appelle improprement le style de décadence, et qui n’est autre chose que l’art arrivée à ce point de maturité extrême qui déterminent à leurs soleils obliques les civilisations qui vieillissent: style ingénieux, compliqué, savant, plein de nuances et de recherches, reculant toujours les bornes de la langue, empruntant à tous les vocabulaires techniques, prenant des couleurs à toutes les palettes, des notes à tous les claviers, s’efforçant à rendre la pensée dans ce qu’elle a de plus ineffable, et la forme en ses contours les plus vagues et les plus fuyants, écoutant pour les traduire les confidences subtiles de la névrose, les aveux de la passion vieillissante qui se déprave et les hallucinations bizarres de l’idée fixe tournant à la folie ». E, a seguir: “mais tel est bien l’idiome nécessaire et fatal des peuples et des civilisations où la vie factice a remplacé la vie naturelle et développé chez l’homme des besoins inconnus. » GAUTHIER, Théophile. Notice. BAUDELAIRE, Charles. *Les fleurs du mal*. Paris: Calmann-Lévy, 1868. p. 17.

²³ Veja-se a passagem do cronista da belle époque carioca, com sua, digamos, orientação metodológica baudelaireana: “Para compreender a psicologia da rua não basta gosar-lhe as delicias como se gosa o calor do sol e o lyrismo do luar. É preciso ter o espirito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpetuo desejo incompreensível, é preciso ser aquelle que chamamos *flaneur*, e praticar o mais interessante

apreender a cidade nas minúcias, o narrador vai apresentando ao leitor a visão fantástica que irrompe diante de seus olhos:

Por toques de varinha mágica, edifícios aparecem, jardins mostram o pantano que d'antes eram, typos surgem, tilintam violões e pela calada da noite, vou seguindo mentalmente o passeio lento da patrulha e o estridor bohemio da serenata. Genealogias desfilam ante os meus olhos. Velhos presidentes contam suas vidas. Sei das anedoctas de cinquenta annos, o olhar de um rapaz ousado, uma luta na rua escura, o riso moço de uma mulher palpitando e vibrando num domingo de missa nas arcadas enfeitadas de jasmim e resedá. Vejo a formação das ruas, o erguer das primeiras casas, como se trazia a madeira, os mestres pedreiros de então.²⁴

E um pouco mais adiante: “Como um kaleidescopio, perpassa a longa serie dos homens e das cousas e eu, triste homem de uma civilização requintada, soffro a saudade desse tempo que não vi e cujo perfume ainda me chega”.²⁵ Está efetivamente declarado o sentimento de uma separação decisiva: de um lado, a cidade do passado, idealizada e desejada; de outro, a cidade moderna, fulcro e vitrine da modernidade.²⁶

É certo que, naqueles anos 20, Cascudo se colocava em concordância com aquela parcela significativa de seus contemporâneos que atuaram, administrando, coadjuvando governos, escrevendo relatórios, artigos e livros, animados pelo desejo de conduzir a cidade de Natal para adiante, na direção dos horizontes do progresso. Não é tarefa fácil analisar a complexidade desse amálgama entre moderno e tradicional em Câmara Cascudo, compreender nas suas sutilezas o peso das vertentes modernas e tradicionalistas de Cascudo em torno dos temas candentes nos 20 e 30, incluindo sua visão do urbanismo.²⁷

Numa crônica de 1928, em que comenta as transformações urbanas experimentadas pela cidade e avalia os resultados do Plano Geral de Sistematização de Natal, Cascudo

dos sports – a arte de flunar. É fatigante o exercício?” RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Paris; Rio de Janeiro: H. Garnier, 1908, p. 6.

²⁴CASCUDO, Luís da Câmara. *Joio*, p. 49.

²⁵CASCUDO, Luís da Câmara. *Idem*, p. 50.

²⁶ Para uma referência da relação entre cidade e modernidade nos anos 20 no Brasil, a partir do caso de São Paulo, ver SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²⁷De modo geral, modernistas e tradicionalistas podem encontrar na obra de Cascudo com o que se satisfazer. Na falta de condições de apresentar um posicionamento conclusivo sobre o assunto, remetemos o leitor a duas leituras divergentes sobre o tema: ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. *Modernismo anos 20 no Rio Grande do Norte*. Natal: Editora da UFRN, 1995; SALES NETO, Francisco Firmino. *Palavras que silenciam*: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionalista nordestino. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

subscreeve seu apoio às obras de derrubada de parte do casario de um dos dois primeiros bairros da cidade, o bairro portuário da Ribeira, recorrendo ao argumento da salubridade e da estética para pedir as vias retas regeneradoras.²⁸ Todavia, essa crônica não exprime a complexidade do posicionamento de Cascudo sobre um tema tão palpitante naqueles dias. Essa posição modernista continha uma boa dose de conservadorismo, pois uma das razões que o levavam a posicionar-se favoravelmente ao plano Palumbo era que, naquele momento, o plano modernizador não estava promovendo nenhuma destruição fundamental dos elementos materiais que identificavam a cidade a seu passado. O artigo em que comenta o “Master Plan” de Palumbo é uma defesa do caráter conciliador do urbanismo. Veja-se a passagem seguinte: “O aspecto total apresentará uma harmonia da nossa Cidade tradicional com sua paisagem corrigida pela intelligencia”; ou a passagem em que afirma que aquele plano “não é uma luva que se aplique immediata e totalmente sobre a mão. É passível de remodelações e de concessões”, não devendo, por essa razão, ser entendido como um “dogma”.

A conclusão desse artigo é um cabal elogio da conciliação: “Por ora só se passeiou na Ribeira systematizada. A impressão é de audacia muito respeitosa. Tudo ou quase tudo se poupou. Os traçados obedeceram a linha tradicional paralelos e verticaes do rio. Apenas o braço do homem alinhou racionadamente os valores confuzos que herdamos em nome da cidade.”²⁹ A atitude de quem exalta essa “impotência da modernização”, que não chegou a assumir contornos trágicos na cidade de Natal, conferindo atenção àquilo que não é atingido por essa modernização, é coerente com os rumos dos estudos do passado da cidade de Natal, como Cascudo os realizou, pois ele foi buscar seus objetos justamente nos lugares, nas coisas e nos seres que se encontravam sob o abrigo das forças destrutivas desencadeadas pelo mundo moderno.

Afinal, ainda que não tenha se distanciado da história praticada no seu meio e no seu tempo (a história de fatos administrativos, sublinhando as grandes datas, os marcos políticos, os heróis fundadores), Cascudo dedicou um interesse particular aos refugos. Refugos da modernização: aqueles elementos de sobrevivência da cidade antiga, onde o folclorista e o historiador iriam encontrar, salvaguardados, os vestígios da cultura popular, aquela força que

²⁸ Os argumentos da salubridade e da estética acompanharam os discursos legitimadores das reformas urbanas, na sua matriz, a Paris de Haussman, e na sua irradiação pelo mundo. Cf. MONCAN, Patrice de. *Le Paris d’Haussmann*. Paris: Les Éditions du Mécène, 2009, esp. cap. 2 “Paris, ville idéale, Napoléon III et les Saint-Simoniens » e 13 « Le mobilier urbain ».

²⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. O novo plano da cidade. in: *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. (Org. e Estudo Introdutório Raimundo Arrais). Natal: EDUFRN, 2005.

vem do passado e age sobre nós, que pode ser definida a partir do comentário que escreveu em 1949 sobre a literatura oral:

A literatura oral é como se não existisse. Ao lado daquele mundo de clássicos, (...) digladiando-se, discutindo, cientes da atenção fixa do auditório, outra literatura, sem nome em sua antigüidade, viva e sonora, alimentada pelas fontes perpétuas da imaginação, colaboradora da criação primitiva com seus gêneros, espécies, finalidade, vibração e movimento, continua rumorosa e eterna, ignorada e teimosa, como rio na solidão e cachoeira no meio do mato.³⁰

E refugos da história: afinal, foi na voz dos indivíduos anônimos, observados dentro de uma história que se desenrola no cenário do cotidiano, que ele identificou aspectos significativos da história da sua cidade.

Todavia, no meio intelectual natalense, Cascudo não foi o primeiro a revelar interesse pela observação e registro do cotidiano do passado da cidade. No início do século XX Henrique Castriciano de Souza (1874-1947), homem culto e solitário, poeta e filósofo, bem relacionado com o mundo literário da Capital Federal, voltara os olhos para os pequenos fatos da vida da cidade. Ele serviu a inúmeros governos no período que corresponde ao domínio e a influência dos Albuquerque Maranhão e por dois mandatos exerceu o cargo de vice-governador. Líder local de uma geração formada sob o cientificismo que circulou na Escola do Recife, com toques de filosofia pessimista, Henrique Castriciano, se, desde o final do século praticou uma poesia impulsionada por ondas sucessivas de nostalgia, misticismo e angústia existencial, ainda na primeira década do novo século assumiu um posicionamento de compromisso com as questões do seu tempo e do seu meio, consagrando-se à obra de reformador social, especialmente a instrução feminina. Viajando à Europa, no ano de 1909 e em 1913, ele trouxe da Suíça a inspiração e o modelo para a criação da Escola Doméstica de Natal, inaugurada em 1914, uma inovação (ainda que fosse inovação conservadora) em matéria de educação feminina das elites.³¹

³⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 27.

³¹ Cascudo, no balanço literário do meio natalense, realizado em *Alma patricia* identifica três fases na poesia de Castriciano, cada uma se manifestando num determinado livro, publicados na passagem do século XIX para o XX. CASCUDO, Luís da Câmara. *Alma patricia*, p. 20-21. José Geraldo de Albuquerque, por sua vez, considera que a primeira temporada na Europa, acontecida em 1908, opera uma “ressurreição” no espírito de Castriciano: “Sua literatura, após a primeira longa temporada na Europa, transformou-se, refletindo a mudança benéfica no temperamento melancólico, consequência imediata do vigor físico restaurado”. ALBUQUERQUE,

Sabemos pouco sobre a atividade jornalística de Henrique Castriçiano, em especial aquela exercida em Natal, no jornal *A República*, a não ser que o jornal foi a voz constante e insistente por meio da qual, anos a fio, num tempo em que as esperanças de redenção humana estavam sendo depositadas nos centros urbanos, ele se dirigiu aos leitores natalenses, instruindo, orientando, apontando o que deveria ser corrigido na sociedade e os remédios que deveriam ser aplicados.

Castriçiano escrevera sobre uma gama de temas presentes no receituário modernizador da *Belle Époque* que se espalhou nas cidades brasileiras, aplicando-o às particularidades de Natal. Ele clamava contra a palidez doentia de suas moças simplórias, a vida atolada na bisbilhotice provinciana, a brutalidade dos apetites materiais; difundia um programa coerente de reforma social que repousava sobre os princípios da época: salubridade, força, o sentimento nacionalista orientando os governantes e as elites e inflamando os moços; exaltava a prática dos esportes entre os moços, apregoava a necessidade de jardins públicos, lastimava as poucas letras da população natalense.³² Ele praticou a crônica, esse gênero de escrita híbrido entre o jornalismo e a literatura³³, de reformador social e fixou a atenção nas formas de viver, incluindo os costumes e a mentalidade e fustigou os vícios e misérias cotidianas que apequenavam a vida da capital.

É na direção do seu presente, acima de tudo, que se dirigia o foco de interesse do cronista Castriçiano. Raras vezes ele incursionou pelo passado e, quando o fez (sem poder escapar completamente da moda e dos compromissos ideológicos do meio, que o impeliram, em certas ocasiões, às composições rançosas de nacionalismo provinciano) não conseguiu infundir no seu texto o vigor e o frescor que encontramos nas crônicas engajadas nas causas contemporâneas.

Mas em geral, quando lançava os olhos na direção do passado o fazia procurando analisar o peso que esse passado (sob a forma das influências do meio sobre as psicologias, as leis da hereditariedade atuando sobre os temperamentos) continuava a exercer sobre o presente, indagando sobre os modos de expurgar as influências malsãs. Esse poder imperioso do passado sobre o presente é revelado numa de suas melhores composições, um conjunto de nove crônicas publicadas no jornal *A República* entre julho e agosto de 1907, um estudo

José Geraldo de. Perfil do educador Henrique Castriçiano de Souza. Henrique Castriçiano. *Seleção: textos e poesias*. (Org.) José Geraldo de Albuquerque. V. 3. Natal: RN Econômico, 2004, p. 19.

³² CASTRICIANO, Henrique. *Seleção*. (Org.) José Geraldo de Albuquerque, V. 2. Natal: [s/d], p. 108-117.

³³ Sobre a crônica e o jornal, ver SÁ, Jorge de. *A crônica*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985, p. 10.

retrospectivo sobre a vida e a obra do poeta popular Lourival Açucena (1827-1907) em sua relação com o meio natalense.³⁴

Sua incursão na direção do passado revela a ponta de um interesse que, naquela primeira década do século, não chegou a evoluir para um programa intelectual. Ele deixou um testemunho disso na crônica “A Esmo”, publicada n’*A República* em 1908. A confissão do gosto do passado (“vício”, escreve ele), a paixão de cronista pelo modo como os antepassados se vestiam, andavam, preenchiam seus longos ócios, traziam uma gota de nostalgia que os combates do presente logo deviam fazer esquecer:

Remexer papéis velhos – eis o vício que mais apaixonadamente cultivo.

Sinto um prazer intenso quando me cahe sob a vista, bordado pelos arabescos que as traças costumam pôr nas laudas antigas um documento qualquer, onde venha algum traço da vida dos nossos avós.³⁵

Câmara Cascudo não escreveu sobre as influências intelectuais decisivas que teria recebido. Suas leituras, seus escritos e a sua biblioteca dão idéia do leitor eclético, que devorou com sofreguidão poetas, filósofos, ensaístas, historiadores, teóricos sociais. Mas a nenhum deles, brasileiro ou estrangeiro, contemporâneo ou antigo, foi creditado um peso decisivo ou particular sobre sua formação, ainda que estudos recentes tenham identificado certas linhagens presentes na interpretação cascudiana, entre elas o conservadorismo ibérico.³⁶

A exceção a esse silêncio foi Henrique Castriciano. Amigo da família Cascudo, intelectual fortemente vinculado à vida de Natal, Castriciano foi, por assim dizer, um mestre sem discípulos, mas Cascudo recordou a extensão e a profundidade da aprendizagem que recebeu dele:

³⁴CASTRICIANO, Henrique. Lourival e seu tempo. CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso amigo Castriciano*, p. 189-216.

³⁵HENRIQUE CASTRICIANO. *Seleção: textos e poesias*. V. 2. (org. José Geraldo de Albuquerque), p. 129-131. A crônica de 18 de março de 1908 e Castriciano assina sob o pseudônimo de João Cláudio.

³⁶Durval Muniz de Albuquerque Junior, por exemplo, analisou a concepção conservadora de cultura popular de Cascudo, a partir da linhagem ibérica. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O Mundo é a Aldeia: região e nação como espaços privilegiados nos estudos sobre cultura popular na Península Ibérica e no Brasil, no começo do século XX. In *Revisitando a História do Rio Grande do Norte* (org. Almir de Carvalho Bueno. Natal: EDUFRRN, 2009, p. 103- 217. Não se pretende ver nesse “silêncio” de Cascudo uma formação autodidata. Marcos Silva adverte para o erro de se tomar um “estilo histórico de formação de elite (professores particulares, biblioteca pessoal) como autodidatismo”. SILVA, Marcos. Cultura como patrimônio popular (Perspectivas de Câmara Cascudo). *Projeto História*, São Paulo, n.33, dez. 2006, p. 201.

Foi o primeiro escritor, *literato*, que conheci e com quem mais longamente privei. Tinha para ele, na minha mocidade indagadora, o exercício da pesquisa letrada. Era homem que viajara, lera, vivera, fundamentalmente diferente dos outros homens na cidade do Natal. Ninguém mais poderia interessar-se pelos meus trabalhos de rapaz atrevido, disputando canto no poleiro literário da província. Livrou-me de admirações bastardas que deslumbravam meus companheiros de idade; dos batuques verbais disfarçando a ausência melódica; do cinismo pérfido representando abnegação, desinteresse, altruísmo. Ensinou-me a construir lentamente a cultura, diária, pessoal, fontes e não antologias, degrau a degrau e não elevador subterrâneo. Fez-me compreender e amar, pelo seu exemplo, todas as formas vivas do trabalho humano; distinguir educação de instrução, cultura de inteligência, gordura de músculo. Vacinou-me contra o *vírus* da vaidade, do orgulho solene, da ostentação caricata, da pomposidade magistral. Com ele acreditei na perpetuidade da sabedoria popular, anterior e básica aos dogmas da ciência imponente. Provou-me que a vida interior, quieta, humilde, incompreendida, iluminada pelas fadas do Conhecimento, pela sensibilidade constante, pela abstração ascensional, determina a independência das compensações exteriores, a dispensabilidade dos aplausos, os impulsos votivos do estímulo.

Graças a esse mundo interior, suficiente e pequenino, fiquei na província e trabalhei sem prêmio.³⁷

Mas enquanto a voz de Castriciano ia se calando (desempregado, sem proteção, ele morre pobre e só, num hospital da cidade, em 1947), os moços dos anos 20, entre eles Cascudo, traziam novas indagações e, sob novas inspirações, se lançavam a outros combates.³⁸ Se nos anos 20 os escritos de Cascudo exibem um entusiasmo, ainda que hesitante, diante das possibilidades reservadas ao futuro da cidade³⁹, no final da década, mas de modo mais acentuado a partir dos anos 30, é com o passado da cidade de Natal que Cascudo começa a travar uma conversa íntima e prolongada. A causa em que se engajava Castriciano – levantar-se a cidade moderna dentro da pequena vila provinciana – requeria uma fé no futuro que se evanesceia em Cascudo à medida que a mocidade ficava para trás. Na década de 30 o que parece predominar entre os intelectuais é o sofrimento do vazio, o sentimento de que faltava alguma coisa na paisagem que estivera lá, na cidade do passado. A partir daí, num cenário que Cascudo via se transformando em todos os sentidos (a começar

³⁷CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso amigo Castriciano. 1874-1947. Reminiscências e notas*. Recife: Imprensa Universitária/Universidade do Recife, Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1965, p. 29-30.

³⁸ Refiro-me ao modernismo e seu “inconformismo cultural”, que “algo mais que um conjunto de experiências de linguagem”; que “representou também uma crítica global às estruturas mentais das velhas gerações e um esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira”. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 332.

³⁹Crônicas de Cascudo relativas à cidade de Natal publicadas nos anos 20 podem ser encontradas em CASCUDO, Luís da Câmara. *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. Org. e Estudo Introdutório Raimundo Arrais. 2. ed. Natal: EDUFRRN, 2011.

pelo aumento de uma população que, em Natal, passava de 30.696 em 1920 para 54.836 em 1940), o sentimento que o cronista manifesta em relação a sua cidade foi se inclinando decididamente para a nostalgia.

Para Cascudo e seus contemporâneos, depois de 1930, sob muitos aspectos o mundo se tornara efetivamente outro. As turbulências da economia capitalista irradiaram até a economia local de exportação⁴⁰, e a suas conseqüências logo vieram se somar as perturbações que os “revolucionários de 30” introduziram na ordem política local. Nesse tempo instável para os homens e as fortunas, o coronel Francisco Cascudo perdera seu patrimônio, incluindo o principado do Tirol onde reinara o jovem intelectual.⁴¹ Casado, com um filho, formado em Direito, Luís da Câmara Cascudo encontrava-se agora naquela categoria ampla dos bacharéis da terra. Assim ele se exprimiu em suas memórias: “Em dezembro de 1928 disse como Guerra Junqueiro: *Sou como toda a gente, um bacharel formado!* ele, em letras. Eu, em Ciências Jurídicas e Sociais. Não tive o dinheiro para pagar retrato no Quadro-de-Formatura, orgulho de todo estudante, de beca e barrete. Paguei a carta, em falso pergaminho, registrando-a.”⁴² Diante do achatamento das oportunidades profissionais, ele ia começar na província a vida de funcionário, professor e intelectual, tendo de extrair parte de sua sobrevivência do trabalho da escrita.

Esse novo rumo deve ser compreendido levando-se em consideração o lugar de relevo que Câmara Cascudo iria ocupar no cenário intelectual da cidade. Acreditamos que a compreensão desse lugar não pode prescindir do exame da atuação combinada de três elementos: a perseverança num labor intelectual dedicado à pesquisa sobre o passado da cidade; a natureza das relações travadas com os poderes que administraram a cidade (e os poderes de uma forma geral), e as demandas provenientes da memória dos moradores da cidade.

O ambiente natalense em que se desenrolou a vida e a atuação de Henrique Castriciano e Luís da Câmara Cascudo apresenta pelo menos um traço comum: a proteção que a atividade intelectual bem sucedida requeria dos governos. Na pequena capital, intelectuais e

⁴⁰ Aos efeitos perturbadores da crise de 1929 sobre a produção agrícola local, especialmente sobre a cotonicultura, devem se somar a seca ocorrida entre 1930-1932. SILVA, Marconi Gomes da et al. *A economia norte-rio-grandense e a crise de 1929*. Natal: EDUFRN, 2009, p. 72-75.

⁴¹ A ruína econômica do coronel Cascudo merece ser estudada com mais detalhes, considerando-se inclusive suas relações pessoais com os governos e a política local. A chácara foi perdida em 1932 e sua morte ocorreu em 1935. BARRETO, Ana Maria Cascudo. *Coronel Cascudo, o herói oculto*. Natal: EDUFRN, 2001, p. 150-152.

⁴² CASCUDO, Luís da Câmara. *O tempo e eu*, p. 52.

governantes se misturavam e se confundiam.⁴³ Juristas, jornalistas, professores, não se encontravam inteiramente libertos de compromissos partidários. Serviam aos governos, recrutados para cargos no jornal pertencente ao Partido Republicano e do governo (como redatores e diretores do jornal *A República*) ou para a direção do Ateneu, ou simplesmente indicados para vagas de deputados, senadores pelo Rio Grande do Norte ou no rés-do-chão dos pequenos cargos nos departamentos e secretarias da administração pública.⁴⁴ As iniciativas destinadas a estimular a vida cultural não se originavam de programas oficiais, mas do gesto esclarecido de governantes como Alberto Maranhão, que notabilizou-se como o “mecenas potiguar” (sobretudo no seu segundo governo, entre 1908 e 1913), Juvenal Lamartine (governador entre 1928 e 1930) e, mais tarde, Sílvio Pedroza (1946-1951). A atividade intelectual de modo nenhum estava fora desse círculo de protecionismo, amizades e relações de família que compuseram a tessitura do poder na República Velha.⁴⁵ As fidelidades pessoais ligaram Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, o chefe da oligarquia e fundador da República local, ao (para nos restringirmos aos dois nomes de maior interesse neste ensaio) pai de Câmara Cascudo e a Henrique Castriciano. De modo que, encerrada a fase de dândi da “Belle époque” local, Cascudo levava consigo um capital social que utilizou para assegurar a existência nos horizontes estreitos da província, o que lhe permitiria sobreviver à queda e ascensão dos governos, a substituição de homens e regimes.⁴⁶ Essa vinculação estreita com o poder está na origem do livro publicado no ano de 1947, a *História da cidade do Natal*.

A HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO HISTORIADOR

⁴³ Nas três primeiras décadas do século, o culto das letras foi comum entre governantes e políticos do Rio Grande do Norte, incluindo o quadro de colaboradores. GURGEL, Tarcísio. *Belle époque na esquina: o que se passou na República das Letras potiguar*. Natal: Ed. do Autor, 2009.

⁴⁴ Para um panorama da vida literária da capital no período, ver GURGEL, Tarcísio. *Belle époque na esquina: o que se passou na República das Letras potiguar*. Natal: Ed. do Autor, 2009.

⁴⁵ Para uma descrição da cultura política potiguar do período, ver SOUZA, Itamar de. *História da República Velha no Rio Grande do Norte, 1889-1930*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2008, Terceira parte.

⁴⁶ Para nos restringirmos aos anos 20 e 30, lembremos a nomeação para o cargo de professor do Atheneu norte-rio-grandense (1928), nomeação para diretor da Imprensa Oficial (1931), nomeação para Secretário do Tribunal de Apelação, em 1938.

Até a publicação da *História da cidade do Natal*, em 1947, nenhum livro se voltara de modo sistemático para o passado da capital do Rio Grande do Norte.⁴⁷ Com esse livro, Cascudo estava respondendo positivamente à lacuna que ele mesmo havia apontado, resultado da ausência de interesse nos estudos históricos locais, uma ausência que o levava a criticar duramente a inércia e a vocação burocrática da instituição a quem incumbia aquela tarefa, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.⁴⁸

História da cidade do Natal é constituído de uma reunião de crônicas publicadas anteriormente nos jornais locais, entre as décadas de 1930 e 1940. Em poucos meses, Cascudo juntou o material, adaptando, reduzindo, acrescentando partes novas, organizando tudo numa ordem cronológica, e adicionou-lhe uma Introdução. Essas crônicas, que são a fonte do livro de 1947, conferiam grande ênfase ao passado da cidade de Natal e do Rio Grande do Norte e apareceram numa seção intitulada *Actas diurnas*. Já não era mais *Bric-à-brac*, mas *Actas diurnas* o título de seção de crônicas que ele assinava. *Actas diurnas*, ele esclarece ao leitor, era o nome dessa “espécie de jornal diário, uma folha onde os acontecimentos do dia eram fixados pelas autoridades de Roma, para conhecimento do povo.”⁴⁹ A modificação do título da sessão de crônicas nos anos 30 é revelador. Ao deixar a sessão intitulada *Bric-à-brac*, publicada na *Imprensa*, nos anos 20, passando-se à coluna que ele assinará no jornal *A República* de maio de 1939 até o final de 1946, transferindo-se em meados do ano seguinte para o *Diário de Natal*⁵⁰, Cascudo deixa patente as novas perspectivas que ele irá assumir. A mudança dos títulos corresponde à passagem do dândi embriagado de cosmopolitismo ao historiador que atende ao compromisso firmado com a vida cívica da cidade.

Em artigo de 1943 *Cascudo* recordou a intenção das *Actas diurnas*: tal qual os autores romanos, ele desejava realizar “o registro dos sucessos urbanos, políticos e administrativos, sociais ou literários”, com o propósito de “honrar o Passado, nas suas lutas, alegrias, tragédias e curiosidades”.⁵¹ E esse compromisso foi cumprido ao longo de mais de duas décadas.

⁴⁷ Já havia as histórias do Rio Grande do Norte: o livro de Ferreira Nobre, do século XIX e duas histórias do Rio Grande do Norte surgidas por ocasião das comemorações do centenário da Independência, de Rocha Pombo e de Tavares de Lyra.

⁴⁸ A crítica ao IHGRN data de 7 de maio de 1924 e pode ser lida em CASCUDO, Luís da Câmara. *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. (Org. e Estudo Introdutório Raimundo Arrais). Natal: EDUFRN, 2005, p. 83-85.

⁴⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. Que quer dizer ‘Acta diurna’ *O Livro das Velhas figuras*, v. 3. Natal: Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, 1977, p. 72. Publicada em 03 ago. 1943.

⁵⁰ ARRAIS, Raimundo. Posfácio. CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*, 2010. p. 629-630.

⁵¹ CASCUDO, Luís da Câmara. Que quer dizer ‘Acta diurna’. *O Livro das Velhas figuras*, v. 3. Natal: Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, 1977, p. 72. Publicada em 03 ago. 1943.

Escrevendo na imprensa local sobre temas da história de Natal e do Rio Grande do Norte, ele seria reconhecido e consagrado o historiador da cidade de Natal pelos poderes municipais, no ano de 1947.

O processo de consagração oficial do intelectual devotado ao estudo do passado da cidade de Natal pode ser desdobrado em dois atos. O primeiro ato consistiu na encomenda que lhe dirigiu o prefeito de Natal, Sylvio Piza Pedroza. Aportando do Rio de Janeiro, onde se formara em Direito depois de ter realizado estudos secundários em Londres, Sylvio Pedroza, por indicação e proteção de um comerciante e chefe político local, assume a prefeitura de Natal em 1946. O jovem prefeito recém-chegado à terra natal obtém a amizade e a colaboração do intelectual mais prestigioso do estado. Cascudo forneceu ao recém-chegado os meios para que ele se reintegrasse à terra de suas origens, infundindo nele o amor pelo passado do Rio Grande do Norte, levando-o a conhecer o lugar que seu nome ocupava na genealogia das famílias fundadoras. Sylvio Pedroza escreve a propósito disso em suas reminiscências: “Fez [Cascudo] com que me sentisse consciencia de ter nas veias o sangue daqueles pro-homens da história potiguar – de Augusto Severo, do grande Alberto Maranhão – o Mecenaz, com o qual futuras comparações tanto me orgulhariam.”⁵² O prefeito e amigo pediu a Câmara Cascudo um livro de história da cidade. Essa é a história do surgimento da *História da cidade do Natal*.

Esse livro, todavia, não se destinava exclusivamente a atender a uma satisfação pessoal do prefeito amante da cultura. Na sua Introdução, o autor fornece ao leitor a imagem de um Sylvio Pedroza operoso, demolindo dunas, abrindo avenida, ampliando o território da cidade num ritmo nunca visto antes, como se ele estivesse prosseguindo o ritmo frenético de obras que os militares norte-americanos, na operação de guerra, tinham acabado de realizar na cidade. Contudo, nesse imediato pós-Guerra, não era a ação de estrangeiros que vinha agitar o ritmo vagaroso da cidade dos natalenses. Em *História da cidade do Natal* Sylvio Pedroza recebe as credenciais de filho da terra, vinculado a uma linhagem familiar de patriarcas e fundadores da ordem republicana do Rio Grande do Norte. A *História da cidade do Natal* deixa no seu leitor a sensação de que Sylvio Pedroza simplesmente continuava a história da cidade de Natal, dando-lhe novo ímpeto. Natal, esse canteiro de obras, ia sendo movimentado por um homem enraizado nas tradições mais puras do Rio Grande do Norte. A Dedicatória inscreve o prefeito mecenaz na história da cidade: “A Sylvio Piza Pedroza, cuja alegria em

⁵² Discurso de Sylvio Pedroza. *Revista da Academia norte-riograndense de Letras*, N. 26, V. 38, Natal, 1997, p. 125.

amar e servir a Cidade do Natal é herança espiritual de três gerações fiéis ao mesmo sentimento, ofereço, dedico, consagro esta viagem no Tempo, olhando a terra comum...”.⁵³

Publicado o livro, seguiu-se o segundo ato da consagração do intelectual da província: a criação da função simbólica (não a “profissão” de historiador), instituída pela resolução municipal de dezembro de 1948, de *historiador da cidade do Natal*.⁵⁴ Em 1947, se levarmos em conta os artigos e livros que publicou, Cascudo contabilizava mais de vinte anos de dedicação ao estudo do passado da cidade e do estado. Propomo-nos, entretanto, interpretar o lugar de historiador da cidade como uma conquista que requereu mais do que a produção copiosa sobre a cidade de Natal. Passaremos a examinar a representação que o autor elaborou de si mesmo, centrando nossa atenção nas palavras do narrador das crônicas consagradas ao passado da cidade.

Acima de tudo, o cronista é aquele que sacia a curiosidade dos leitores pelo seu passado, com constância e regularidade. Ele é detentor de um conhecimento de fronteiras indefinidas e de extensão imensurável. Assim, se coloca de prontidão para responder, com um mínimo de digressões, às indagações sobre assuntos relacionados ao passado da cidade. Cada crônica traz no seu título a pergunta a ser respondida. De fato, muitas de suas crônicas se originaram de perguntas que um ou outro morador mais curioso dirigia àquele que foi se consagrando popularmente como o “mestre Cascudo” que tudo sabia. Ele resolvia questões do tipo: “Onde ficava o engenho de João Lostau?”⁵⁵, ou “Onde está sepultado André de Albuquerque?”⁵⁶. Ele realizou diligências sobre as prioridades históricas, como o Marco de Touros⁵⁷, ou sobre aquele que teria sido “Nosso primeiro bacharel”.⁵⁸

A cidade de Natal, tendo desempenhado um papel proeminente no esforço de guerra, quando recebeu uma população de milhares de militares e civis, depois da retirada dos norte-americanos teve de conviver com um saldo inquietante: alto custo de vida, déficit de moradia, modificação de costumes tradicionais. Num chão revolvido pela modernização, numa cidade

⁵³ Essa relação de “troca” entre o historiador da cidade de Natal e a gestão modernizadora do amigo Sylvio Pedroza foi analisada por TORQUATO, Arthur Luís de Oliveira. *O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração Sylvio Pedroza (1946-1950)*, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, UFRN, Natal, 2011, p. 98-100.

⁵⁴ Cascudo lembra que “Atendia às consultas históricas e a função não desapareceu.” *Ontem: maginações e notas de um professor de província*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 1998, p. 142.

⁵⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 7, p. 53-56.

⁵⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 5, p. 7-9.

⁵⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 8, p. 43-44.

⁵⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 5, p. 81.

cujas paisagem vai sendo modificada e alargada, com demolições, novas edificações, abertura de novas ruas, introdução de novos equipamentos urbanos, um número maior de automóveis circulando, tudo impulsionado por um ritmo antes desconhecido – o historiador da cidade de Natal é aquele que investiga e decifra questões relevantes para o presente dos homens. A tarefa do historiador da cidade é mais do que estabelecer os fatos locais, em sua exatidão, escoimar as lendas da verdade histórica. Ele trata de origens perdidas, recorda lugares que deixaram de existir, evoca nomes cuja procedência ninguém mais conhece.

Indaguemos primeiramente sobre o produto que o cronista oferece a seu leitor. Ele não consiste no produto final, límpido, compactado na narrativa de fatos e datas concernentes à cidade de Natal. As crônicas frequentemente trazem os ruídos da oficina. Mas não se trata aqui do procedimento que consiste em demonstrar aos pares de uma comunidade de historiadores os procedimentos metodológicos adotados na composição do texto e que integram o ritual de reconhecimento científico e acadêmico. Não é a essa comunidade a que o cronista se dirige, mas ao leitor que espera dele o bocado diário da coluna de jornal.

A emergência da primeira pessoa do narrador na crônica permite a interpelação direta do leitor, apresentando-se a ele, exibindo diretamente a ele os sinais do cumprimento de sua tarefa do historiador da cidade. Tem-se aí uma espécie de declaração que o autor confia a seu leitor, uma prestação de contas da dedicação, um relato da constância do esforço empregado na busca dos fatos e da extensão do esforço despendido nessa busca. Na *História da cidade do Natal* (ou seja, na crônica publicada em jornal e transfigurada em capítulo do livro, a crônica convertida em História), destaquemos uma passagem, entre outras, em que nada mais tendo a dizer sobre determinado assunto, o narrador finaliza seu capítulo assim: “não deparei outro sinal...”.⁵⁹ Numa crônica de 1939, sobre “O primeiro norte-riograndense bacharel em Olinda”, ele escreve: “Fiz uma longa pesquisa para apurar-lhe as andanças anteriores...”.⁶⁰ Ele exhibe para o leitor o relato da persistência na luta empreendida para localizar os documentos reveladores: “Com paciência no convívio das traças prateadas, revirando arquivos, lendo cartas particulares, descobrindo livros amarelos, ouvindo confidências, é possível reconstituir as primeiras fases do teatro na Cidade do Natal”⁶¹, confessando a inutilidade de prosseguir na

⁵⁹CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 101.

⁶⁰CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, v. 7, p. 19.

⁶¹CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 215.

procura, como quem se esvaísse nessa batalha da pesquisa, ele encerra o assunto: “Nada mais sei”.⁶²

As marcas de seu trabalho assinalam, dentro do extenso território intelectual ocupado por Câmara Cascudo, o domínio intelectual conquistado pelo historiador de Natal no meio intelectual da cidade. Nesse meio, a crônica regularmente fornecida ao jornal é, de fato, o produto de uma atividade profissional, ainda que subsidiária, exercida a título de colaboração. Se compararmos dois ambientes intelectuais, o Rio de Janeiro, capital federal, onde atuou o prestigioso cronista Olavo Bilac, até 1908 um jornalista combatente a favor da profissionalização do seu ofício, e a Natal de Henrique Castriciano, cronista e poeta como Bilac (merecendo dele o prefácio de um de seus livros), podemos fazer ideia da desproporção entre os dois ambientes e do significado que a atividade intelectual assumia nos dois casos.⁶³ Fazer da crônica o lugar do combate pela atividade intelectual remunerada era impensável em Natal no tempo do Henrique Castriciano cronista. Mesmo nos anos 30, época em que escreve as *Actas diurnas*, Cascudo não toca em assuntos de pagamento recebido ou merecido pelo trabalho intelectual nem esboça qualquer reivindicação de natureza profissional em relação a editores ou direitos autorais, como o fizera Bilac. Esse silêncio é coerente com o fato de que os livros que Cascudo publicou em Natal surgiram de oferecimentos feitos ao autor da parte de autoridades do estado e de políticos, oferecimentos que nem sempre eles honraram. É a iniciativa de órgãos estaduais que está na origem de seus livros de interesse local e os livros que vêm à luz sob a égide do poder público tendem a se subtrair às leis do mercado.⁶⁴

Efetivamente, Cascudo redireciona o traço da relação na qual se insere o autor. O fornecimento regular das crônicas aparece como um dever não em relação ao editor, mas ao leitor, que representa aquilo que Bourdieu chama de “instância de consagração”.⁶⁵ Com

⁶²CASCUDO, Luis da Câmara. *Idem*, p. 226.

⁶³As considerações sobre Olavo Bilac vêm do trabalho Antonio Dimas. DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. 3 vol. Especialmente o volume “Ensaio”: “Percurso do jornalista” e “Pauta do jornalista”.

⁶⁴Também foram publicados sob patrocínio estadual, o *Governo do Rio Grande do Norte*, de 1939, “mandado publicar pelo Interventor Federal Dr. Rafael Fernandes Gurjão”, informa o editor. A primeira edição de *História do Rio Grande do Norte* foi publicada em 1955 pelo governador Sílvio Pedroza, a quem Cascudo dedica a obra. Já *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*, desde 1953, quando os originais ficaram prontos, experimentou uma fatigante história de relação com a administração pública, tendo sido impresso somente em 1972.

⁶⁵BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 65 e todo o capítulo intitulado “A conquista da autonomia: a fase crítica da emergência do campo”. Não se configura em Natal, no tempo de Cascudo, aquele “mercado dos bens simbólicos”, como universo “relativamente autônomo” em relação ao campo econômico e ao campo político. (p. 162-163).

efeito, nesse meio em que a atividade do escritor está longe de lograr a profissionalização, deixando em silêncio as relações mercadológicas em que se inscreve o trabalho intelectual, o cronista busca legitimar-se não no compromisso mediado pelo pagamento de laudas datilografadas, mas nessa comunidade de leitores, a quem ele fornece as crônicas regulares, com quem ele estabelece um vínculo de obrigação de trabalho.

Em que consiste esse trabalho? Em fazer emergir, de modo entrelaçado, pelo menos dois elementos: por um lado, o narrador inscreve a pequena vida corriqueira dos natalenses numa espécie de ordem cósmica construída pelas ligeiras reflexões filosóficas que ele insere nas crônicas; por outro lado, ele confere uma unidade e continuidade à memória coletiva que se encontra sob a ameaça de um mundo submetido a mudanças aceleradas.

O exame do enredo de suas crônicas consagradas a pessoas, instituições e seres inanimados mostra a obediência a uma estrutura que permite ao leitor visualizar o ciclo da existência, como se lembrasse a todos a força imperiosa a que nada nem ninguém escapa, a origem e a consumação, proporcionando uma meditação rápida sobre o destino dos homens e das coisas. O narrador fixa o local, a data e circunstâncias das origens, os fatos dignos de destaque e, no termo de tudo, a morte, o esquecimento ou o abandono. Numa crônica de 1940, tratando de uma sociedade recreativa fundada em 1850 e que durou apenas doze anos, o autor afirma: “Viveu e lutou, para as alegrias do espírito, no velho Natal de há cem anos, que nem sabia quanto era feliz...”⁶⁶ Sobre a casa de Guarapes, depois de evocar os tempos da glória que a povoou no final do século XIX, ele escreve: “Quem passa de automóvel, indo para Macaíba, verá, no alto do monte, o casarão silencioso, mirando, com os olhos apagados das janelas escuras, a época rutilante que o tempo levou...”⁶⁷

E conclui a evocação de um tipo popular da cidade, o Miguelzinho da Gamela, com as seguintes palavras: “O tempo como a uivante ventania das praias, arrancou-lhe a cruz do sepulcro, como apagou seu nome triste no coração apressado dos homens...”⁶⁸ Ao império desse tempo veloz, que produz a morte, a história escrita opõe sua força; ao que o tempo levou, o cronista opõe a fixidez da escrita, aprisionando no papel, sob a forma de signos, a torrente do tempo. O ofício do cronista é precisamente esse: devolver a existência aos corpos

⁶⁶CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 7, p. 125.

⁶⁷CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 7, p. 219.

⁶⁸CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 2, (s/l).

dos mortos, reanimando-os a partir de qualquer fio de vida que reste nos documentos.⁶⁹ Seu trabalho consiste em evocar os mortos, despertando-os de dentro da poeira do esquecimento. Como o Michelet descrito por Roland Barthes, poderíamos dizer que Cascudo é

o demiurgo que liga o que era disperso, descontínuo, incompreensível: ele tece os fios de todas as vidas, estabelece a grande fraternidade dos mortos, cujo deslocamento formidável, ao longo do tempo, toma essa extensão da história, que o historiador conduz para traz, reagrupada sob seu olhar que decide e que desvela.⁷⁰

Frequentemente, o narrador se posiciona como um membro da comunidade da qual ele fala e à qual se dirige. Frequentemente o narrador extrai seus temas e suas informações da paisagem interior de suas próprias reminiscências. Sua memória pessoal é fonte de pesquisa do narrador dedicado a suprir os silêncios da memória coletiva. Assim, ele fecha uma crônica de 1942 confidenciando: “Não vou esquecer o Comendador, seus versos, suas anedotas, sua vida bonita, trabalhada, honesta, em caminho reto...”.⁷¹ O historiador procura os sinais apagados do passado: “Lembro um inglês que toda gente esqueceu”.⁷² E noutra ocasião: “São essas fisionomias, apagadas pelo Tempo, que vou evocando, lembrando que, no Mundo, não há princípio mas continuação”.⁷³

De fato, para levar a termo a tarefa de urdir a continuidade entre mortos e os vivos dentro da cidade, o cronista dispõe de matéria vasta, pois os sinais da morte estão em toda parte, e o narrador, longe do isolamento do gabinete, vive entre os mortos, caminha literalmente entre eles, dirigindo-se à necrópole, percorrendo-a, procurando ler os nomes gravados nos jazigos: “Quando vou ao Cemitério do Alecrim visito seu túmulo esquecido, olho a placa humilde e melancólica, recordando-lhe a vida que se apagou antes que a minha surgisse”.⁷⁴ Diante de um sepulcro, interpela o leitor: “Vossa Senhoria não mais

⁶⁹Partindo dos intelectuais do meio e da região de Cascudo, Durval Muniz de Albuquerque Junior analisou o investimento na escrita como forma de vencer a morte. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A escrita como remédio: erudição, doença e masculinidade no Nordeste do começo do século XX. http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/escrita_como_remedio.pdf

⁷⁰BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 75.

⁷¹CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 2, p. 42.

⁷²CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 2, p. 417.

⁷³CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 7, p. 47.

⁷⁴CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 419.

compreenderá o epitáfio, cortado pelo bordo da escada”.⁷⁵ Tratando do doutor Barata conclui: “Enterrado na soleira da Igreja do Senhor do Bom Jesus das Dores da Ribeira, o Tempo apagou o letreiro do túmulo, o lugar do sepulcro e, nas almas apressadas, a lembrança do morto...”⁷⁶ Em síntese, a missão do historiador é trazer à superfície aquela espécie de vida: “Vida na escuridão e no esquecimento”.⁷⁷ Sua tarefa é lembrar – assim ele afirma num topos empregado com frequência – aquilo de que “ninguém mais se lembra”.

Cascudo apresenta as credenciais que legitimam sua voz no campo disciplinar da história praticada no século XIX (que incluem o domínio das técnicas de pesquisa, a crítica dos documentos, a narrativa eficiente, e, às vezes, a adoção de um pensamento assemelhado a uma filosofia da História), mas o que o particulariza na história local é a extensão do saber fatural que ele exhibe e, ligado a isso, o fato de ele ter-se nutrido dessa fonte materna, a origem de tudo, a sua cidade e a cidade dos seus leitores – a “terra comum”. Os relatos que ele fornece sobre as pessoas de seu conhecimento pessoal mostram uma memória que se enraíza na cidade e se projeta em todas as direções, tudo abarcando. Afinal, ele teve a oportunidade de circular dentro de um dilatado domínio temporal (ele conviveu com gente que havia vivido boa parte do século XIX, colhendo deles relatos preciosos) e social, uma vez que circulou, desde menino, entre os homens do poder, ricos e instruídos (na casa paterna o menino Cascudo reteve trechos da prosa e assistiu às confabulações nas rodas de amigos e correligionários, entre os quais estavam Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, protetor e amigo de seu pai, e seu padrinho Ferreira Chaves, governador, senador e prestigioso chefe político), ao mesmo tempo em que dedicou vivo interesse pelo ofício, pela arte e pelos relatos de pescadores, cantadores, ex-escravos, todo um universo de serviços e dependentes que se tornarão seus informantes da vida das ruas e da cultura popular.

Assim, é dentro da própria cidade, no convívio com os informantes locais, que ele assimila um elemento essencial para que se qualifique como historiador de Natal: ele se torna a fonte inesgotável de um saber fatural, um repositório fabuloso de histórias, dados, datas, eventos, vocábulos e sentenças recolhidas pela memória prodigiosa que o celebrizou e que ele fornece ao leitor. É a partir de um exemplo retirado da mitologia, as Danaides e o tonel sem fundo que elas foram condenadas a encher, que, numa *Acta diurna* de 1943, ele procura a analogia com o seu trabalho silencioso e modesto na cidade:

⁷⁵CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 2, p. 57.

⁷⁶CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 2, p. 63.

⁷⁷CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 7, p.17.

Já estavam [as danaides] habituadas com o trabalho contínuo, mesmo inútil.

Não perguntem, pois, amigos, por que escrevo sempre, com ou sem leitores, com ou sem compreensão, estímulo ou tolerância.

Deixem-me com o meu barril sem fundo. A tarefa finda significaria o repouso incômodo, a displicência, a preguiça mortal.

Por isso, mesmo sem ter ofendido Apolo, encho, obstinado e tranqüilo, a talha imperfeita, escondido num recanto de província.

Quando não mais ouvirem o rumor da água agitada, não se dirá que Júpiter sucumbiu.

Será que, para sempre, desfaleceu na Morte, o braço humilde do trabalhador...⁷⁸

Se a matéria do saber que o habilita a historiador da cidade vem da própria cidade, do mesmo modo, é dentro de uma linhagem local (o meio intelectual natalense) que o historiador de Natal procura inscrever o seu lugar. Como vimos anteriormente, o único intelectual a quem Cascudo reconhece uma influência de mestre foi Henrique Castriciano. Mesmo assim, cumpre destacar que ele recorda uma aprendizagem realizada no âmbito privilegiado da convivência, do exemplo pessoal, da conversação. No plano da oralidade, enfim. Os demais modelos que participaram de sua formação foram os tipos provincianos portadores de uma memória natalense, personagens possuidoras de profundo interesse pelo passado, mas que nada ou praticamente nada deixaram escrito. Do mesmo modo, a oralidade se firma como matéria privilegiada do historiador: o testemunho oral, que, pelo menos no plano das profissões de fé, repugnava a uma historiografia que buscava a objetividade por meio dos instrumentos da crítica documental⁷⁹ passará a constituir-se numa fonte essencial para o historiador de uma cidade que não conservou os arquivos de seu passado.

Em 1946, ele lembrou um desses mestres da história local: Chico Bilro, falecido em 1931, “um dos grandes sabedores da história da *Cidade do Natal*.” A descrição que ele nos deixa de Chico Bilro realça a amplitude do saber, a posse absoluta do conhecimento a respeito do presente e o passado da cidade que aquele homem exibía – algo que vai impressionar fortemente esse historiador de alma transbordante da ânsia de tudo saber, da volúpia dos fatos:

⁷⁸CASCUDO, Luís da Câmara. O tonel das danaides. *A República*, 25 set. 1943.

⁷⁹ O historiador português Alexandre Herculano, em *Solemnia verba*, apresentando os passos necessários à crítica histórica, endossa a suspeita de uma história científica em relação aos testemunhos que se referem a acontecimentos não contemporâneos, o que, evidentemente, coloca a memória sob forte suspeita. Escreve ele: “Não tenho em conta de provas senão o testemunho de autores originais, isto é, daqueles que escreveram contemporaneamente, ou pouco depois.” Citado por RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil* (Introdução metodológica). 5ª. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 313.

Conhecia todas as ruas, como nasceram, desenvolvimento, moradores, denominações, acontecimentos. O mesmo com os becos, travessas, praças. Contava a biografia dos velhos moradores, políticos, capitalistas, donos de votos, uma gente importante que desaparecera sem rasto. Evocava fisionomias, antigas festas populares com seus figurantes, detalhando anedotas, representando os tiques, as peculiaridades, minúcias preciosas, jamais conseguidas noutra fonte. Dizia o passado político da Cidade, seus presidentes, oficiais-maiores, comandantes do corpo da polícia, chefes, com os amores, alegrias, idiosincrasias, segredos. Era o *olam*, o *dedo*, a voz que enchia de vida um século silencioso de mistérios provincianos. Tinha na memória datas, nomes próprios, nomenclaturas, versos satíricos ou sentimentais, até as solfas, que entoava com a forçada melodia nasal mas fidelíssima.⁸⁰

Esse foi um de seus “professores”, a quem ele consagra páginas de reconhecimento. Ao leitor é dado a conhecer o método de aprendizagem a que se entregou o cronista: caminhando ao lado desse Chico Bilro, o jovem Cascudo, em atitude de discípulo, percorrera as ruas da cidade, bebendo com sofreguidão todo o conhecimento transmitido pelo mestre, presenciando aquela transfiguração, a emergência na paisagem velha dentro da paisagem nova: “Eu ia cobrindo de notas os cadernos, perguntando, reperguntando, num questionário sem-fim. Às vezes andávamos pelas ruas velhas. *Chico Bilro* ia desmanchando a visão moderna e construindo a que os anos tinham levado”.⁸¹ Para o cronista da cidade poderia ter havido melhor iniciação nas ruas do que caminhar na companhia desse mestre, adquirindo as artes feiticeiras que lhe permitiam ver o passado por trás das aparências do presente? Então, a rua que o esnobe dos anos 20 presenciava no seu delírio livresco agora assume outro significado.

Outro mestre (esse parece que exclusivamente no ensino dos fatos) foi o professor Panqueca. Cascudo declara ter aproveitado artigo inédito dele em crônica de 1940⁸², e o recorda nas memórias de *O tempo e eu*, de 1967. Ele arremata o perfil dessa personagem fazendo uso do topos recorrente: “ninguém o recorda mais”: “Foi meu professor de História Popular, de tradicionalismo oral. Ninguém o recorda mais...”⁸³

Diferente da forma como seus mestres transmitiam o conhecimento de que eram portadores, sem sistema ou disciplina, dissipando-o nos ventos da oralidade das ruas (ele observou em várias ocasiões que a Natal do seu tempo de juventude se distinguira como uma

⁸⁰CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 2, p. 82.

⁸¹CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 2, p. 83.

⁸²CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 2, p. 154-157.

⁸³CASCUDO, Luís da Câmara. *O tempo e eu*, p. 108.

cidade de grandes conversadores, de prosa viva e evocadora), Cascudo assumiu o encargo de transmitir o que recolheu deles, desde a infância, nos serões na casa paterna, transpondo para a página escrita tudo o que ia ouvindo e presenciando. Assim, Cascudo assimila a oralidade e a transmite na forma escrita.⁸⁴

Numa crônica de 1940, Cascudo parece reconhecer que sua aprendizagem estava completada. Contudo, seu ofício ainda se abastecia, como nos anos vinte, da atmosfera das ruas. O autor se refere ao ato de caminhar dentro da cidade, revelando:

Nesses passeios lentos que faço, nas ruas esquecidas, surgem, do fundo da lembrança e da saudade, essas figuras, e as evoco, fiel às alegrias solitárias da imaginação, vivendo as imagens fugitivas de outrora, impressionistas, como aquelas que deram um dístico aos versos lindos de Castro Alves:

*Saudades e lembranças s'erguendo, bando alado
Roçam por mim as asas, voando p'ra o passado...*⁸⁵

Mas naquele momento alguma coisa se modificava na geografia desenhada pelo seu olhar evocador. O passado era apreendido de modo nitidamente distinto de como ocorria no livro *Joio*, dos anos 20. Ao mesmo tempo em que prossegue seus caminhos, ele vai se deslocando dentro da cidade, de modo cada vez mais sistemático, cumprindo um dever profissional de observador, e assim ele procura um posicionamento mais adequado à sua tarefa. Pois, para escrever sobre o passado da cidade, não bastava o mergulho na sua vida cotidiana. A tarefa do historiador teria de conjugar essas duas perspectivas: a convivência empírica com as ruas, as coisas, as pessoas, todas as manifestações grandes e pequenas da vida, e o alargamento do ângulo de observação, elevando-se acima das rotinas cotidianas. Emergindo da embriaguez deambulatória dos anos 20 o narrador almeja a síntese, pois só ela é capaz de conferir unidade à dispersão que caracteriza a existência coletiva da cidade.⁸⁶

⁸⁴ Observe-se que a memória (memória dos outros, memória dele mesmo) é uma fonte essencial de obras de história local de Cascudo. A dedicatória inscrita na *História da República no Rio Grande do Norte* (1965) é reveladora da força da memória, mais que fonte, personagem: “À memória de meu pai. Às velhas lembranças, às quais devo este livro”.

⁸⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *Livro das velhas figuras*, 2, p. 79-80.

⁸⁶ A cidade traz na sua origem a marca das divisões sociais. Na interpretação clássica podemos mencionar a cidade como resultado da Divisão Social do Trabalho. LEFEBRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999, esp. cap. II “A cidade e a divisão do trabalho”.

Combinam-se no cronista Cascudo duas operações unificadoras. Uma se dá na perspectiva da narrativa; a outra, no domínio da topografia. Na primeira perspectiva, as vozes dispersas na oralidade são recolhidas pelo cronista que lhes confere coerência, reunindo as vozes da oralidade no coro uníssono do narrador. Na segunda, o historiador da cidade ordena o material recolhido nas ruas e procura uma disposição topográfica propícia à operação de síntese requerida pelo texto da crônica. A inspiração das ruas se completa com a elevação topográfica que lhe permite obter um plano geral para o olhar. Aparece, então, a figura do alvissareiro.

O ALVISSAREIRO

O alvissareiro desempenhava uma tarefa de grande relevo na cidade de Natal do século XIX. Postado no ponto mais elevado do seu marco de fundação, a torre da matriz consagrada a Nossa Senhora da Apresentação (situada no primeiro bairro da cidade), onde desde 1862 estava instalado o telégrafo ótico, ele mantinha o olhar atento na direção do oceano, acompanhando as chegadas e as partidas dos navios. Era um ofício anônimo o do alvissareiro. Ninguém sequer tinha conhecimento que havia um indivíduo se ocupando de semelhante tarefa. Na introdução da *História da cidade do Natal* Cascudo elegeu essa figura anônima e vital no sistema de informação da antiga cidade para descrever sua posição de historiador de Natal. Trata-se, aqui, da aproximação analógica entre os dois ofícios, o do alvissareiro e o do historiador.

O recurso à analogia do *ofício* é particularmente adequada a esse caso. Primeiro porque ela realça a idéia de um gênero de atividade pré-industrial, que não é submetida às leis do mercado; segundo, pela relação existente entre trabalho pré-industrial, a memória e a narrativa na transmissão da experiência, como analisou Walter Benjamim.⁸⁷ Com efeito, ofício, narrativa e memória estão associados no projeto do Cascudo cronista e historiador da cidade de Natal. A crônica de Cascudo, se distanciando do exercício literário evasivo, prendendo-se ao compromisso com a memória coletiva da cidade, faz do seu autor, o narrador, um servidor da comunidade, como o alvissareiro.

⁸⁷ Os dois protótipos do narrador tradicional, para Walter Benjamim, são o trabalhador sedentário e o marinheiro comerciante. Seu ponto de perfeição da arte da narrativa está no meio artesanal, e essa arte concilia a mensagem vinda dos países distantes e a mensagem do passado. Essa narrativa apresenta, comumente, um sentido prático. Como escreveu Benjamim numa das versões de “Le narrateur”, o personagem do narrador é aquele “auprès de qui le lecteur aime à se réfugier comme auprès d’un frère, pour retrouver la mesure, l’échelle des sentiments et des événements naturels à l’homme”. BENJAMIM, Walter. *Le narrateur. Rastelli raconte... et autres récits*. Paris: Éditions du Seuil, 1987, p. 147-148.

Na torre da matriz, o alvissareiro realizava seu ofício. Ele anotava as chegadas e as partidas das embarcações, do mesmo modo que o historiador da cidade observa partidas e chegadas dos indivíduos no tempo, registrando os acontecimentos e identificando os seres que, na transitoriedade da vida, vão passando pela cidade; o alvissareiro registrava os nomes dos navios que iam a pique, enquanto o historiador dava conta das vidas que iam soçobrando no tempo. O alvissareiro, no isolamento da torre, era um solitário, alheio ao burburinho da cidade, como o historiador, encerrado entre pilhas de documentos, como o Cascudo, atravessando a noite batendo os tipos na máquina de escrever.⁸⁸ Tal qual o alvissareiro, o historiador tudo vê, de tudo dá conta, assentado numa posição que lhe confere a vantagem de percepção sobre os homens comuns. O alvissareiro gozava da vantagem topográfica sobre o espaço, o que lhe assegurava um raio de visão que abarcava toda a cidade horizontalizada: oceano, rio, dunas, tabuleiros. O historiador desfrutava da vantagem de perspectiva que lhe permite reconstruir essa espécie de paisagem temporal do passado da cidade.

Numa palavra, o historiador é o alvissareiro que perscruta o passado de Natal. Seu ofício é dar conta das vidas que transitaram por Natal, no longo curso do tempo: tarefa árdua, empresa frustrante, que ele trata de comunicar aos seus leitores na advertência colocada nas primeiras páginas de *História da cidade do Natal*, escrevendo: não indaguem do historiador mais do que pode apreender seu olhar panorâmico. Em suas palavras, “ninguém pergunte se faltou um navio ou se um fantasma faltou à chamada nesta Procissão os Mortos. Apenas, solidário com a grande alma coletiva da cidade, o Alvissareiro olha o Mar e conta a história dele aos que não o podem ver, no Tempo.”⁸⁹

O recurso à topografia do alvissareiro, a invocação frequente das metáforas do tempo, a recorrência a uma espécie de meta-história embutida nos grandes símbolos que o autor grava com as iniciais maiúsculas – tudo isso revela uma potência sobre-humana dos elementos com os quais lida o historiador. Justamente por isso, no cotidiano da cidade de Natal, a ausência do historiador-alvissareiro, aquele que viu tudo o que deixou algum rastro, seria profundamente sentida pelos seus companheiros e contemporâneos. Assim, depois da morte de Cascudo, em 1986, o escritor Oswaldo Lamartine de Faria lançou, numa carta, a pergunta angustiante a um amigo jornalista: “E agora, Woden? A quem a gente vai perguntar as coisas?”⁹⁰

⁸⁸ Cascudo escrevia ao longo da noite entrando pela manhã, datilografando numa pequena máquina.

⁸⁹CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 40.

⁹⁰MELO, Veríssimo de. *Cartas e cartões de Oswaldo Lamartine*. Natal: Fundação José Augusto, 1995, p. 22.

Em 1939, a torre da matriz foi objeto de uma das crônicas de Cascudo. Na ocasião, o autor já afirmava o significado dessa topografia elevada da torre da igreja, a partir da qual os sinos embalam os ritmos de vida da comunidade. Para ele, a torre representa o ponto de irradiação de uma unidade (aquilo que ele designa de “a alma coletiva da cidade”) que reunia os moradores de Natal dentro de um mesmo círculo espiritual. Em torno do sino dobrando e repicando na torre da matriz, uniam-se todas as vidas dispersas. Os toques dos sinos conferiam unidade à dispersão humana dessa forma de organização social marcada pelo signo da diferença e do predomínio das individualidades:

Quando os nossos sinos vibravam era uma mensagem a todos os espíritos esparsos nos limites da Cidade melancólica. Reunia-os mentalmente, fundindo-os ao acento vibrante daquele idioma universal falando pela boca metálica e entendido pelos corações. Há uma linguagem, um código, um estranho abecedário que atravessava os ares, indo, pelo som, como a palavra dos Profetas, do ouvido às almas. Congregava a voz difusa da multidão...⁹¹

E fecha a crônica é fechada com a arrebatada evocação, no embalo místico de jaculatória devota, compulsiva, interminável:

Sinos da Matriz... testemunhas das vidas, pranto das mortes, saúdo vossa história, sino, signum, sinal, arauto da solidariedade, guarda da Fé, soldado em posto inarredável, gritando com voz de bronze, no meio das ventanias de todos os orgulhos, no turbilhão da poeira doirada e efêmera dos homens, a hora de Deus, no dia de César...⁹²

No lugar onde se instala o historiador, a torre, o ponto mais alto na topografia da pequena cidade do século XIX, urde-se a unidade da cidade. Ao recorrer à força evocadora dos sinos, Cascudo se filiava a uma longa tradição. De fato, o gosto literário pela sonoridade cristã exprime uma sensibilidade romântica conservadora que Alain Corbin identificou no século XX. Analisando um poema de Schiller, o historiador de *Les cloches de la terre* escreve: “À la lecture du texte, la sonnerie puissante de la cloche s’impose comme victoire

⁹¹CASCUDO, Luís da Câmara. *Livro das velhas figuras*. 7, p. 22-23.

⁹²Idem, p. 23, 1939.

sur le chaos, comme symbole de la cohésion retrouvée de la communauté; elle est instrument de rassemblement, signe d'un ordre social fondé sur l'harmonie des rythmes collectifs".⁹³

Essa unidade, para Cascudo, provém igualmente de sua condição orgânica, dessa propriedade de “ser vivo”, que ele atribui à cidade, ecoando nessa formulação tradições de um urbanismo para quem as analogias biológicas são especialmente caras, inscrevendo as palavras de um historiador do urbanismo de saber enciclopédico, Pierre Lavedan, na abertura da *História da cidade do Natal*: “La ville est un être vivant. Comme tout être vivant, elle naît, elle grandit, elle meurt”. Concebida como um organismo, a cidade, para Cascudo, consistia naquela “continuidade afetuosa de mortos, vivos, anônimos e ilustres cidadãos prestantes, inúteis, fecundos, faladores ou não”.⁹⁴

Por essa razão, para se reconstruir a história da cidade era necessário ouvir todos os testemunhos, inclusive a vozes dissolvidas na oralidade, para com elas preencher esse grande painel dos desaparecimentos... Mais uma vez, para fins de comparação, invoquemos Henrique Castriciano. Despojando-se dos postulados de um cientificismo das crônicas de seu velho amigo, Cascudo não procura a “psicologia coletiva” da cidade; ele procura aquela “alma da cidade”, designação apropriada à noção de cidade como ser orgânico que ele aplica na *História da cidade do Natal*. A cidade é um ser orgânico percorrido pelo movimento incessante. Ambos os conceitos, a “psicologia” coletiva e a “alma da cidade” enraizados nas tendências intelectuais específicas de suas épocas, um associado ao postulado cientificista dezenoveano de Castriciano, e o outro ao transcendentalismo de Cascudo, sugerem a busca persistente de um princípio unificador para aplicar a uma cidade que ganhava uma complexidade desconcertante aos olhos dos contemporâneos.

Mergulhado na corrente do Tempo, o historiador examina o corpo da cidade e reconhece nele as pulsações da mudança. Ele localiza as primeiras vibrações dentro daquela vida pacata, no período posterior à guerra do Paraguai. A partir daquele evento, segundo ele, “o ambiente muda, lenta e continuamente. Os dois vapores mensais da Companhia Pernambucana traziam notícias da vida exterior. Depois veio a estrada de ferro. A sociedade tomou as formas e cores da época. Igual às demais. Sem características e copyright”.⁹⁵ Mas é no século XX que o cronista detecta a aceleração desse movimento que promove o

⁹³CORBIN, Alain. *Les cloches de la terre: paysage sonore et culture sensible dans les campagnes au XIX^e siècle*. Paris: Flammarion, 2000, p. 269.

⁹⁴CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 407.

⁹⁵CASCUDO, Luís da Câmara. *Idem*, p. 91.

estreitamento dos laços da cidade com o mundo, que a vão projetando para dentro de uma ordem mundial ameaçadora das particularidades locais. A cidade é atravessada por um novo ritmo, impera o anonimato, desaparece o “tipo popular”, constitui-se a sociedade estratificada segundo formas modernas. Num de seus livros de memória, *O Tempo e eu*, Cascudo nos oferece uma síntese exemplar da amplitude e do caráter avassalador dessas mudanças:

A expansão da cidade, aglutinando arrabaldes, imponência arrogante dos arranha-céus, maré-montante do tráfego exilando o transeunte, a devastação vegetal infalível na estética urbanística, são elementos de compressão, apertando a população, obrigando-o ao ritmo do escoamento tumultuoso e contínuo. A velocidade mudou a doce cadência de outrora e o tempo parece diminuir na voracidade dos encargos imperiosos. As buzinas atordoantes substituem os velhos pregões. Morreram os “tipos populares”. O Povo desapareceu na classe e o Homem na classe...”⁹⁶

Na *História da cidade do Natal* o historiador descreve a marcha crescente da cidade, “ganhando os tabuleiros, subindo os morros”. Para expressar esse movimento, Cascudo recorre ao vocabulário de operação militar, que circulava em Natal quando a cidade recebera milhares de soldados, convertendo-se na maior base naval que os norte-americanos construíram fora de seu território, quando a cidade foi rasgada por uma estrada e um oleoduto de 20 quilômetros ligando o lado nordeste da cidade à base militar situada ao sul, impulsionando um mercado imobiliário que dali por diante iria orientar as linhas de crescimento da cidade.⁹⁷

Assim, em duas passagens do prefácio de 1947, o autor menciona a especulação imobiliária que ia se apoderando do modesto bairro do Alecrim. O solo da cidade deixava de ser o suporte material das relações estáveis entre os moradores, na medida em que crescia a ganância dos homens dos novos tempos. Ao enfocar esse tempo novo, que introduzia novas relações entre os indivíduos e a cidade, o historiador propõe um enfoque distinto, se comparado àquele que empregara no estudo da cidade ingênua do passado. Para cada tempo da cidade, deveria corresponder um método de análise apropriado – é isso que podemos deduzir do prefácio expressivo. Assim, a cidade moderna requer o saber do cientista dedicado

⁹⁶CASCUDO, Luís da Câmara. *O tempo e eu*, p. 180-181. Esse pensamento se difunde amplamente entre intelectuais brasileiros do início do século. Um de seus artífices foi o Ortega y Gasset de *A rebelião das massas*, que começou a ser publicado na imprensa espanhola em 1926. GASSET, José Ortega Y. *A rebelião das massas*. Trad. Herrera Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1962, p. 17.

⁹⁷FERREIRA, Ângela Lúcia de A. e CLEMENTINO, Maria do Livramento. *Estado e movimentos sociais urbanos: o caso de Natal*. Relatório II. Natal: UFRN, CCHLA/CT, 1991. digitado.

aos “problemas” sociais. Por essa razão, Cascudo invoca o nome de um festejado sociólogo daqueles tempos, Pitirin Sorokin, que concebia a mudança progressiva da sociedade como resultado de uma evolução das suas dimensões e da complexidade.⁹⁸

É numa cidade de memória esmaecida que atua o historiador da cidade de Natal. O esforço de se conceber uma paisagem familiar fundada na continuidade contrasta francamente com os rumos que a cidade tomava naquele momento: os anos 40 aceleram as forças de mudança que vinha se manifestando pelo menos desde os anos trinta, rompendo as antigas fidelidades, trazendo à tona as manifestações desagregadoras da ordem social: a emergência das reivindicações de classe e das ideologias que contestavam a ordem oligárquica, as organizações operárias, reprimidas pelo braço forte da polícia, a Intentona Comunista de 1935, o populismo aliciador – tudo isso formava um quadro de instabilidade que passou a requerer dos intelectuais um engajamento que levou Cascudo a compor as fileiras daquela ideologia conservadora fundada sobre um ideal corporativo, o Integralismo.⁹⁹

O historiador procurava os fragmentos para com eles refazer, na tessitura da narrativa, a unidade perdida da cidade. Todavia, o leitor de hoje que procurar essa unidade da cidade na *História da cidade do Natal* não a encontrará. É que a unidade não está na estrutura formal do livro. Os temas formam blocos, encadeados por alguma associação de sentido e desenvolvidos a partir do ordenamento cronológico de cada tema e do conjunto dos temas. Tampouco há unidade de ritmo, pois o número de páginas dedicados a cada assunto depende dos documentos que ele, o historiador, obteve.

Se a unidade desse livro que pretende contar a história da cidade de Natal como uma totalidade não se localiza na sua forma, onde estaria? Está no estado de espírito que o fez vir à luz, aquele coletivo que recebe o nome de *cidade de Natal*. Na comunhão entre o autor e seus leitores (objeto e destinação de seu livro), os quais partilham daquela “terra comum”. A unidade repousa, portanto, no ponto em que se encontram essas duas realidades, a cidade e

⁹⁸ Uma síntese da concepção de mudança social de Sorokin pode ser obtida em SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 263-268. Sorokin é utilizado por Cascudo também no livro *Civilização e cultura*, escrito em 1962, para tratar dos fatores de agregação social. CASCUDO, Luís da Câmara. *Civilização e cultura*. 3. Ed. São Paulo, Global, 2004, p. 53-54.

⁹⁹ Para o quadro local, ver: FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural UFRN, 1997; COSTA, Homero de O. *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultura, 1995. Os escritos programáticos de Plínio Salgado trazem a crítica ao capitalismo liberal e a condenação à destruição da vida comunitária e familiar. CHAUI, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. In: *A inteligência brasileira* (org.) Reginaldo Moraes et al. São Paulo: Brasiliense, 1986.

seus moradores, ambos submetidos ao ciclo vital que os arrebatava e os arremessa para dentro do império do Tempo.

A trajetória descrita pelo trabalho consagrado à busca da unidade entre os homens do presente e do passado, entre o indivíduo e sua comunidade ameaçada de esfacelar-se, correspondeu, sob o ponto de vista do gênero narrativo, à passagem da crônica (o fragmento) à história (a síntese), retirando sua força daquilo que Rüsen apontou: “o sentido de uma história é medido pelo grau de seu êxito em estabilizar a identidade de seus destinatários ao longo das mudanças no tempo”.¹⁰⁰ Sob o ponto de vista do narrador dessa cidade unificada, a tarefa de conceber e descrever a unidade requereu uma topografia adequada, elevada o suficiente para proporcionar ao narrador a forma do conjunto, que acabou por assumir a forma de uma espécie de topografia do absoluto.

Quando saiu a *História da cidade do Natal*, Cascudo estava nas vésperas de completar 50 anos. Nesse ponto de sua existência e de seu trabalho, seus leitores fiéis e atentos podiam recorrer às imagens que o cronista lhes havia fornecido em dezenas de *Actas diurnas* para retratar o homem que estava por trás daquelas palavras evocadoras que lhes descortinavam o passado remoto. Recolhamos essas imagens para formar com elas uma figura possível do Câmara Cascudo natalense e historiador da cidade de Natal: instalado no alto da torre da matriz, sob a ventania do Tempo atroz, seu olhar trabalha infatigavelmente para reconhecer a unidade entre os fragmentos da cidade, pedaços de memória, raízes revoltas, ruídos e sombras crepusculares...

¹⁰⁰ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história, fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 125.